

Maria Aparecida Gonçalves Recart

**Escravidão e liberdade em Tapes (antiga Dores do Camaquã):
Um estudo sobre as cartas de alforria (1850-1888)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharel
em História da Universidade Federal de Pelotas como requisito
parcial à obtenção ao título de bacharel em História

Orientador: Jonas Vargas

Tutor acadêmico: Thales Roberto Barbosa Rodrigues

Pelotas, março de 2018

Maria Aparecida Gonçalves Recart

**Escravidão e liberdade Tapes (antiga Dores do Camaquã):
Um estudo sobre as cartas de alforria (1850-1888)**

Data da defesa:

Banca examinadora

Prof. Dr. Jonas Vargas (Orientador)

Prof. Dr. Paulo Possamai (UFPEL)

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat (UFPEL)

Dedicatória

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus. Em segundo lugar ao meu filho Roberto Gonçalves Recart pelo incentivo e motivação, sem ele não chegaria a lugar nenhum. Ao meu marido Rubens Quadrado Corrêa pelo amor e por sempre acreditar no meu potencial e me incentivar em todos os momentos.

Agradecimentos

São muitas as pessoas para o qual devo agradecer, pois sem elas este trabalho não seria possível. Espero, sinceramente não me esquecer de citar nenhum nome.

Agradeço primeiramente ao corpo docente da Universidade Federal de Pelotas pelas excelentes aulas ministradas, pois aprendi muito.

Ao Núcleo de Acessibilidade Inclusão – NAI por me proporcionar o convívio de amigos incríveis que fiz e que tanto fizeram por mim.

Ao meu tutor Thales Roberto Barbosa Rodrigues designado pelo NAI sem palavras pela generosidade, amizade e companheirismo com que me atendeu nas tutorias na realização deste trabalho.

Não poderia deixar de citar também aos colegas que compõem o NAI e que devo muito a eles. São eles: Ana Cláudia Godóis, Marta Machado, Ederson Moreira, Gabriel Basílio, Ana Paula Soares Gouvêa, Carlos Roger Bartel e demais colegas das outras áreas que fazem parte do Núcleo. À todos muito obrigado.

Ao meu orientador Jonas Moreira Vargas pela solicitude e paciência com que atendeu ao encargo de me orientar.

Aos professores Paulo Possamai e Paulo Ricardo Pezat que aceitaram participar da banca dessa monografia, meus sinceros agradecimentos. Seus comentários ao meu trabalho sem dúvida de que serão muito úteis para o meu engrandecimento profissional.

A todos os professores desse país, que mesmo com a precarização e o descaso pelos governos ao ensino público, seguem na luta por uma educação de qualidade. Vocês me dão exemplo e provam que, se não é a educação de qualidade com certeza ela é parte fundamental desse processo.

Resumo

O presente estudo tem por objetivo analisar a escravidão no Rio Grande do Sul, mais exatamente no município de Dorcas do Camaquã (atual Tapes). Para tanto, damos preferência para a análise das cartas de alforria concedidas aos escravos da localidade entre 1850 e 1888. Nessa pesquisa colocaremos as reais condições pelas quais eram concedidas as alforrias traçando através das mesmas a trajetória dos escravos e seus proprietários. No âmbito maior da escravidão, não desassociando da história mais ampla da sociedade brasileira. Será dado um panorama da escravidão no Brasil e sua importância econômica, política e social analisando-se as diversas vivências do negro cativo no período analisado.

Palavra chave: Escravidão – Rio Grande do Sul - Alforrias

Abstract

The present study aims to analyze slavery in Rio Grande do Sul, more precisely in the municipality of Dorcas do Camaquã (now Tapes). For this, we give preference to the analyzes of the letters of manumission granted to the slaves of the locality between 1850 and 1888. In this research we will put the real conditions by which the manumission was granted tracing through them the trajectory of the slaves and their owners. In the larger scope of slavery, not disassociating with the wider history of Brazilian society. It will be given a overview of slavery in Brazil and its economic, political and social importance analyzing, the diverse experiences of the black captive in the nalyzed period.

Sumário

Introdução -----	8
Capítulo 1. A escravidão negra no Rio Grande do Sul -----	10
1.1. História e historiografia da escravidão -----	10
1.2. Histórias de historiografia rio-grandense sobre a escravidão -----	14
Capítulo 2. Escravidão e liberdade em Dores do Camaquã (1850-1888): as cartas de alforria -----	22
2.1 – A história de Dores do Camaquã -----	22
2.2 - A história de Dores do Camaquã (Tapes) -----	24
2.3 - As cartas de alforria em dores do Camaquã -----	31
Considerações Finais -----	37
Fontes e Bibliografia -----	39

Introdução

A província do Rio Grande do Sul teve grande pujança econômica no século XIX, principalmente com a indústria do charque, vinculada à pecuária bovina, mas sem esquecermos a agricultura. Em todos estes casos a mão-de-obra escrava foi fundamental na manutenção do sistema econômico vigente, tanto para o mercado interno quanto para exportação. Apesar do contingente de escravos ter aumentado com o estabelecimento das charqueadas, sua presença foi uma constante em todos os setores da vida provincial até 1888 nos mais diversos tipos de serviços, como nas estâncias, na zona rural, mas também na zona urbana, exercendo funções artesanais no comércio local.

O motivo pelo qual escolhemos estudar a escravidão nesse município é que boa parte dos estudos se dedicam a analisar as maiores cidades rio-grandenses, havendo poucos estudos sobre os pequenos municípios. Dores do Camaquã não estava localizada nas regiões mais ricas da província, mas assim como todos os lugares do Brasil também possuía escravos. Não havia charqueadas, mas estava no caminho intermediário entre Porto Alegre e Pelotas. Neste aspecto foi beneficiado por sua proximidade com a Lagoa dos Patos, podendo comunicar-se com o comércio de outras localidades e negociando sua produção agrícola e pecuária.

A partir dos anos 1980 muitos intelectuais brasileiros preocuparam-se em pesquisar a escravidão negra no país. Entre os trabalhos desenvolvidos na época destacam-se autores como Robert Slenes, Sidney Chalhoub, Hebe Mattos, Silva Lara, Manolo Florentino, João José Reis e Eduardo Silva. Quanto ao aspecto das emancipações escrava concorda-se com Reis (1989, p14), em relação à aparente limitação de fontes que contém em geral poucas informações referentes aos caminhos percorridos pelo cativo até chegar ao seu registro de liberdade, bem como em relação aos indivíduos envolvidos no processo e suas práticas sociais, o que nos leva a ter que cruzar dados com outros tipos de registros em busca destas informações, como processos crimes, livros de matrículas, testamentos, inventários, ações de liberdade, entre

outros. No caso do presente trabalho utilizaremos somente as cartas de alforria.

Assim se dá a busca de recuperação da trajetória percorrida pelos escravos até a conquista de sua alforria, cujo registro pode ser o fim ou o começo de uma longa batalha. Olhando-se nas entrelinhas dos processos formais encontram-se os mais diversos tipos de condições à liberdade do cativo. Para alguns ali está declarada a sua liberdade formal em definitivo, seja por recompensa e reconhecimento a uma vida de esforçado trabalho, seja por, além do referido esforço, o acréscimo de uma quantia monetária acumulada também através de trabalho. Para outros, este é o começo e uma amarga batalha, onde para pagar a tão sonhada liberdade, devem ainda seguir exercendo a função de escravo por tempo determinado.

Nesse contexto, escolheram-se para análise as cartas de alforrias da cidade do município de Dorés do Camaquã (atual Tapes) no período entre 1850 e 1888. Este é oficialmente o ano da abolição da escravidão no Brasil, mas é sabido que tal dado é um pouco vago, pois os anos que se seguiriam mostraram, por exemplo, resquícios das alforrias condicionais, que continham cláusulas de prestação de serviços para além de inúmeras outras restrições, como a permanência da dependência pessoal e dos vínculos senhoriais até a data da morte do proprietário.

O trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo é feita uma análise da historiografia da escravidão, primeiramente no âmbito nacional e, num segundo momento, as particularidades relativas ao Rio Grande do Sul em suas diversas regiões. O segundo capítulo adentra na pesquisa da região de Dorés do Camaquã, com a história geral do município e análise dos arquivos históricos que, além de mostrar dados estatísticos sobre a população escrava e as alforrias concedidas no período, nos conta histórias particulares ao se analisar algumas das cartas.

Capítulo 1

A escravidão negra no Rio Grande do Sul

1.1 – História e historiografia da escravidão

Antes de escrevermos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul e a concessão das cartas de alforria em Dorcas do Camaquã, é necessário escrever algumas linhas sobre a historiografia da escravidão no Brasil. Durante muito tempo, os historiadores desconsideraram os escravos como seres humanos capazes de agir sobre os seus destinos, elaborar estratégias, viver em família e estabelecer parentesco. Os escravos eram vistos apenas como “coisa” ou “mercadoria”. Mas a partir das décadas de 1980, muitos historiadores começaram a escrever trabalhos que mostravam os escravos agindo e negociando com os senhores no seu cotidiano. Alguns desses historiadores foram Robert Slenes, Sidney Chalhoub, Hebe Mattos, Silvia Lara, Manolo Florentino, entre outros. No entanto, nas próximas páginas irei usar principalmente o texto “Negociação e conflito” de João José Reis e Eduardo Silva, pois ele resume boa parte das novas questões apontadas por esses historiadores.

Conforme ilustram Reis e Silva (1989, p. 13) muitos historiadores hoje procuram discernir o papel do negro vindo da África ao Brasil com outro papel que não o de força de trabalho. Para o autor, até os anos 1970 a história dos escravos no Brasil tem sido polarizada entre dois personagens: Zumbi dos Palmares e Pai João. Ou o escravo resistia ao sistema o tempo inteiro ou era considerado um acomodado. Sabe-se, no entanto, que alguns cativos tiveram a facilidade de se adaptar e transformar a cultura imposta a eles. Muitos desenvolveram a consciência política do cotidiano. Ou seja, no Brasil assim como em outros países houve muito mais negociação por parte dos escravos do que luta.

Concordamos com Reis e Silva (1989, p.14) quanto à tarefa do historiador na atuação da sua profissão, pois, ao lidar com a escassez de fontes sobre a escravidão percebe-se que a produção histórica nestes casos

necessita contar com a tradição oral e com a criatividade em localizar registros documentais. No Brasil a documentação diretamente produzida pelo escravo é muito pequena, diferente dos EUA. Assim sendo, qualquer indício de luta ou negociação por parte dos escravos deve ser valorizado. Utilizando-se dos escritos de Antonil, no que se refere às relações entre senhores e escravos, Reis (1989, p16) conclui que escravos e senhores “jogavam” uns com os outros para obter colaboração. Trabalhos como os de Antônio Barros de Castro e Robert Slenes, escritos anos antes, também lançavam luz sobre alguns desses aspectos, como a família escrava.¹

Apesar do grande empenho necessário, uma boa parcela dos escravos conseguiu a compra de sua liberdade como afirma novos estudos. Devemos atentar para o fato de que além das fugas e insurreições, a liberdade sob o ponto de vista do escravizado de acordo com o levantamento feito por Reis e Silva (1989, p. 18) podia ser obtida através da criatividade, inteligência, jogos de azar ou mesmo por meios ilícitos. Portanto, essa nova historiografia da escravidão foi capaz de mostrar como os escravos eram agentes históricos e sujeitos de sua própria história e não devemos vê-los como “coisas” ou simples mercadorias.

Além disso, algumas instituições colocavam-se a favor dos escravos em sua luta por adquirir alguns direitos (Reis e Silva, 1989, p. 18), pois os mesmos recorriam às autoridades, seja através de organizações como as irmandades do Rosário e os clubes abolicionistas, ou através da própria lei que procuravam fazer valer. Era necessário aos senhores negociarem com seus escravos em algum nível como citado pelo exemplo de Schwartz em relação à fabricação do açúcar, onde havia risco de sabotagem e a necessidade de conhecimento técnico específico. Ou seja, deveria haver cooperação e perícia por parte dos cativos. Não podemos esquecer também que havia forte tensão por parte dos proprietários em relação à satisfação dos escravos, visto que, o castigo físico muitas vezes não coagia o cativo a colaborar. Famílias separadas também seriam insatisfeitas e, portanto, improdutivas. Em muitos casos, como

¹ Anos depois, Slenes reuniria parte de suas reflexões no livro “Na Senzala uma flor” (SLENES, 1999).

no engenho Santana de Ilhéus verificado por Reis e Silva (1989, p. 19), os escravos determinavam suas condições de trabalho, ao que o administrador assentia.

Entendemos que o Tratado de Paz conforme explicita Reis e Silva (1989, p. 20) elaborado por escravos no mesmo engenho Santana de Ilhéus em 1789 demonstrou a capacidade de reivindicar direitos dos cativos, antes vista como nula. Os escravos não eram um bloco homogêneo, havia estruturas internas como rivalidades e o tratado de paz, por exemplo, buscava obter vantagens para os crioulos em relação aos escravos africanos. O engenho Santana ainda via duas rebeliões: em 1821 e 1828 mostrando a capacidade de mobilização dos negros. O nível de autonomia dos escravos era a tal ponto que os mesmos ficavam responsáveis pela organização de festas comunitárias, como a de Nossa Senhora do Rosário. Também havia outros costumes fortemente presentes no Brasil, como as coroações de reis de Congo (Reis e Silva, 1989, p. 21).

Ao contrário dos EUA e Caribe, quase não há estudos historiográficos sobre economia própria dos escravos no Brasil e quando há é tratada como liberalidade por parte dos senhores. Reis e Silva (1989, p. 23) procura abordar a respeito do documento “Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro” com foco não apenas econômico, mas também da manutenção da ordem escravista. Os autores destacam que a Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro foi escrita por Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de Pati do Alferes para seu filho Luis Peixoto de Lacerda Werneck a fim de explicar os detalhes de uma fazenda de café. Afonso de E. Taunay define o documento como um precioso relato histórico sobre a vivência na lavoura.

Contudo, conforme destacam Reis e Silva (1989, p. 25), o Vale do Paraíba foi o principal reduto de produção brasileira de café entre 1830 e 1894. O Barão de Pati de Alferes pertencia à segunda geração de cafeicultores, responsável pela rápida expansão da atividade no Estado. Em meados do século XIX a estrutura escravista adquiriu status de sucesso no mercado internacional. Werneck foi incentivado por amigos a escrever o manual em

função das publicações anteriores serem apenas traduções de obras produzidas no exterior ou mera compilação. Esta geração de trabalho como o de Werneck persistiu até a década de 1860, quando surgiram as críticas, as práticas agrícolas tradicionais. Ainda segundo Reis e Silva, a obra foi muito bem acolhida levando-se em conta a pouca prática de leitura no país. A segunda edição conta com modificações feitas por Luis Peixoto de Lacerda Werneck, além de alguns artigos do “Manual do agricultor brasileiro”, do major Taunay. A terceira edição adicionou mais trabalhos de outros autores. Com as subseqüentes edições, a obra cresceu em páginas, inclusive com anúncios de produtos agrícolas, o que a modificou grandemente. Há ainda notícia de uma edição anterior a primeira.

No que se refere ao código disciplinar escravista, de acordo com os relatos de um viajante, destacado por Reis e Silva (1989, p. 26), “os negros são sujeitos a uma fiscalização rígida e o trabalho é regulado como uma máquina”. Percebemos, todavia, que havia rígido limite de horário de trabalho, alimentação e recolhimento às senzalas. Quanto aos locais de plantação de café eram escolhidos meticulosamente sempre priorizando a produtividade. A quantidade de trabalhadores a realizar cada função era administrada sempre com vigilância e controle. Como bem demonstrou Reis e Silva o Barão de Pati inclusive oferecia gratificação por produtividade aos escravos. Sob o ponto de vista do senhor de escravo, além da força, a manutenção da ordem se dava pelos senhores através do aparelho repressivo do Estado e da religião. Com efeito, o barão via a religião como um “freio” (REIS e SILVA, 1989 p. 27-28).

Com relação à brecha camponesa (também conhecida como proto-campesinato e sistema do Brasil) se dava com a cessão de um pedaço de terra em usufruto e folga semanal para trabalhá-la por parte do senhor ao escravo. Autores citados por Reis e Silva, como Antônio Barros de Castro, Maria Ieda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, vêem a brecha camponesa como uma conquista do escravo. Em reunião em agosto de 1854 (REIS e SILVA, 1989, p.29) os cafeicultores do município de Vassouras elaboraram seis medidas a ser adotadas em todas as fazendas. As três primeiras eram diretamente repressivas, as demais eram ideológicas, como por exemplo,

permitir e promover divertimento entre os escravos, promover o desenvolvimento da religião e permitir que os escravos tenham roças. Todas essas medidas visam o aspecto da segurança.

Quanto às concessões, incluíam não só o cultivo de subsistência, mas a cultura principal de exportação. Não havia ligação do escravo com o mercado, sendo esta, vetada e controlada pelo seu senhor. Quem comercializava produtos provenientes das roças dos escravos eram seus próprios senhores. Além da brecha camponesa havia casos de remuneração como, por exemplo, por cestos de cipó produzidos por escravos para as replantas do cafezal. Afora o papel econômico da brecha camponesa, a mesma era usada como mecanismo de controle da força de trabalho. A brecha camponesa no Rio de Janeiro do século XIX distraía o escravo da escravidão lhe dando uma ilusão de propriedade, ao mesmo tempo dando uma ilusão de bondade.

O próprio barão justifica a economia própria dos escravos como alívio ao tratamento de força, que se usado em demasia deprime e inutiliza os escravos. Apesar de seu uso de mecanismo de controle, a brecha camponesa possuía sim importância econômica e psicológica para os escravos, por exemplo, no engenho Santana de Ilhéus onde a ampliação da brecha camponesa estava entre suas reivindicações (REIS e SILVA, 1989, p. 31). Essas práticas foram comuns no Brasil inteiro. Os senhores permitiam aos escravos certo espaço de autonomia para que os mesmos tivessem uma válvula de escape dentro do sistema e se comportassem melhor. O mesmo servia com relação à família escrava e à concessão de alforrias. Ou seja, os senhores negociavam isso com seus escravos permitindo esses privilégios aos mais bem comportados.

1.2 – Histórias de historiografia rio-grandense sobre a escravidão

Dos anos 1990 em diante surgiram muito trabalhos de historiadores a respeito da escravidão negra no Brasil. Logo, o assunto em questão não é novo na historiografia devido às produções de intelectuais engajados nas

especificidades negras. Para tanto, iniciamos este subcapítulo relembrando algumas pesquisas historiográficas feitas sobre o negro escravizado no Rio Grande do Sul. Entendemos que tal abordagem seja fundamental a fim de fornecer ao leitor um contexto histórico da participação do negro na formação do Rio Grande do Sul

Concordamos com o historiador Paulo Zarth (2002, p. 105) quanto à presença efetiva do negro nas charqueadas. Alguns trabalhos historiográficos relatam que o escravismo no sul não teria sido importante como nas províncias agroexportadoras. Estes Intelectuais em seus respectivos trabalhos procuraram minimizar a presença do negro na formação sulina. Nesse sentido, a obra de Jorge Salis Goulart, publicada em 1927, explicita a idéia de uma democracia rural e racial forjada nas estâncias. Segundo este autor, as estâncias seriam as “verdadeiras células do tecido social rio-grandense” (GOULART, 1985 *apud* Zarth, 2002, p. 105). Ainda segundo Goulart (1985, p. 48), o peão gaúcho nas estâncias constituía-se “mais um amigo do que um subordinado do seu patrão” (ZARTH, 2002, p. 105), pois os escravos nestes espaços segundo sua visão eram mais bem tratados do que o das províncias ao Norte.

Devemos levar em consideração o fato da obra de Goulart ter sido produzida nos anos 1920 quando as teorias racistas estavam em vigor. Novamente concordamos com Zarth (2002, p. 106) o qual explicita que neste período não havia uma concordância quanto a igualdade de negros e brancos. Para Goulart (1985 *apud* Zarth, 2002, p. 106), o estado sulino era composto em sua grande maioria de brancos, desprezando a importância do negro naquela sociedade.

Nos anos 1960, o sociólogo paulista Fernando Henrique Cardoso rompeu com essa interpretação. Em sua tese de doutoramento o autor expõe que a escravidão no sul do Brasil havia sido importante para a constituição das charqueadas, pois segundo esta ótica, “foi à indústria do charque, todavia, que tornou a exploração do escravo regular e intensa no Rio Grande do Sul”. No entanto, para o autor, nas outras regiões da província a escravidão não teria sido tão importante (CARDOSO, 1977, p. 70).

Outros trabalhos historiográficos preocuparam-se em dar voz aos escravos negros na sociedade gaúcha. É o caso do historiador norte americano Joseph Love (1975, p. 11) segundo o qual “a escravidão nunca significou para o Rio Grande o grilhão que representou mais ao Norte nas áreas de açúcar e café”. Este intelectual compartilha da mesma visão de Goulart de que o negro escravizado no sul não teve importância. Também Margaret Marchiori Bakos (1982, p. 19) em seu clássico estudo destaca que o escravo no sul foi importante, estavam distribuídos em atividades diversas, porém “não era realmente fundamental em nenhuma delas” (apud ZARTH, 2002, p. 107).

O diferencial destes estudos é caracterizar a produção dominante na economia sulina. Nesta linha de raciocínio, temos o trabalho do historiador Décio Freitas. Este autor faz um trabalho na perspectiva marxista posicionando-se pelo modo capitalista da sociedade pastoril gaúcha. Freitas desconsidera a idéia de feudalismo que vigorava na época dos cinco modos de produção. Este autor parte do pressuposto de que os escravos no sul eram poucos, pois “tratava-se, em suma, de um sistema de produção social baseado no trabalho assalariado, o que importa dizer sistema capitalista” (1981 p. 10-11). Sobre a presença escrava e elementos não capitalistas, Décio Freitas pressupunha tratar-se de um capitalismo impuro, dependente e subdesenvolvido (Zarth, 2002, p. 107-108).

Já o historiador Mário Maestri (1984, p. 13), conforme evidencia Paulo Zarth (2002, p. 108), tem a mesma opinião de Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso quanto à presença escrava no sul. Tanto Maestri quanto Gorender e Cardoso pressupõem que a escravidão no sul do Brasil deu-se ainda no período colonial. Contudo, Maestri pouco inovou a respeito da distribuição dos escravos na sociedade rio-grandense, repetindo as teses de que a escravidão foi importante nas charqueadas, mas pouco praticada nas estâncias.

Um dos motivos pelo qual Maestri desconsiderou a escravidão na pecuária foi o tipo de fontes que ele pesquisou. Maestri usou somente relatos de viajantes como o do naturalista francês Saint Hilaire (ZARTH, 2002, p. 114), que esteve em visita no Rio Grande do Sul no século XIX. Passando por Santa

Maria, Saint Hileire observou que o dono da casa era constantemente auxiliado pelos filhos no trato com o gado enquanto aos negros cabiam-lhes atividades advindas da plantação. Acessando tal informação, Mário Maestri (1984, p. 50-52) concluiu que o escravo no sul foi largamente utilizado na agricultura de subsistência e a presença de negros escravos nas estâncias era muito pequena.

De acordo com Paulo Zarth (2002, p. 109-115), de fato a escravidão foi importante no sul em decorrência da constituição das charqueadas. Com relação ao escravismo nas estâncias, bem como, o tratamento direcionado aos negros nestes estabelecimentos, o autor contraria as teses de Maestri. Para Zarth, o escravo era fundamental e encontravam-se distribuídos em diversas atividades nas estâncias. Ele explicita que boa parte dos historiadores monta seus argumentos e teorias com base nas informações de viajantes e cronistas do século XIX. No entanto, o autor propicia uma interpretação diferente dos autores citados anteriormente, embasado em inventários post-mortem e relatórios das câmaras municipais. Com isso, Zarth conclui que a presença de cativos negros nestes espaços rurais pecuaristas era importante.

Pesquisando estatísticas agrárias da época, Zarth aponta a existência de estâncias com poucos animais. Também o Relatório do Presidente de Província de 1855 confirma que havia poucos estabelecimentos com 10.000 hectares revelando vários padrões de estâncias. Com base na análise das fontes primárias pesquisadas por este autor, supõe-se que os estancieiros tinham escravos no mesmo número de animais criados no campo. Assim sendo, Zarth (2002, p. 112) procura reformular a tese de Décio Freitas o qual expunha que em alguns estabelecimentos havia escravos e outros não. Para Zarth, é certo que havia escravos nas propriedades pequenas, médias e grandes no sul e conclui seu raciocínio com base em inventários post-mortem para corrigir as observações de Freitas.

Ainda segundo Paulo Zarth (2002, p.112), este pesquisador segue nessa linha de pensamento indicando o fazendeiro José Corrêa da Câmara contendo 13 escravos para uma criação de 2.985 animais. Destes, apenas quatro tinham ofício de campeiros em 1821. Sendo que neste ano o estancieiro José

Saldanha Pereira de Macedo tinha 20 escravos para cuidar de 5.626 animais. Contudo, os municípios onde prevalecia economia pastoril ou charqueada, o número de escravos nos inventários encontrava-se em torno de 52,3%. Na Colônia de São Leopoldo eram poucos os proprietários que utilizavam cativos. Cerca de 30% da escravaria estavam nas atafonas, curtumes e olarias. Cruz Alta no norte gaúcho e São Borja região missioneira, conforme explicita Paulo Zarth (2002, p. 113), predominava a utilização de pessoas livres na extração da erva mate.

Quanto às atividades exercidas pelos escravos no interior das estâncias, Zarth (2002, p114) destaca três categorias: roceiros, campeiros e domésticos. Os roceiros tinham como atividade o abastecimento de produto agrícola nas estâncias, o campeiro ocupava-se do trabalho pastoril e por fim, o trabalho doméstico era feito pelas mulheres. Os escravos roceiros segundo Zarth constituíam a maioria. Nas estâncias a escravaria assumia atividades ligadas à pecuária paralela com atividades agrícolas, tal é o caso da produção da farinha de mandioca. Paulo Zarth não dá certeza de quais atividades eram desempenhadas pelos escravos nas estâncias, pois as informações estatísticas não dão conta da precisão da informação. Entretanto, conforme o censo de 1872 (2002, p 116), boa parte dos cativos haviam sido registrados como lavradores. Com isso, conforme a fonte, a escravaria foi classificada neste item.

A polêmica sobre a presença de escravos na pecuária não se reservou apenas à metade sul da província. Durante muito tempo se acreditou também que a região missioneira, repleta de indígenas e seus descendentes, não possuíam escravos. Fernando Henrique Cardoso com base nos escritos de Saint-Hilaire compartilha da tese da inexistência de negros cativos na região das Missões. No entanto, Paulo Zarth enfatiza que entre 1816 e 1819 a região das Missões havia sido atacada por José Artigas e no ano de 1828 Frutuoso Rivera entrava na região missioneira levando consigo toda a mão-de-obra indígena, resultando daí na falta de trabalhadores nativos recrutados por estancieiros. Ainda segundo Zarth (2002, p. 118), pesquisando no Relatório da Câmara de São Borja, a presença escrava nas Missões era notável. A

conclusão a que este autor chega é que os escravos eram importantes nos estabelecimentos maiores onde o proprietário e familiares não dessem conta da demanda de trabalho. O que justifica a compra por negros cativos nas propriedades grandes, visto que o mesmo custava o equivalente a uma extensão de terra.

Contudo, também devemos levar em consideração (Zarth, 2002, p. 119) a localização da zona missioneira próxima a fronteira da Argentina, onde havia possibilidade de fuga dos cativos. Portanto, propriedades pequenas nas proximidades da fronteira com a Argentina não fazia sentido os proprietários de terras investirem em escravos devido à possibilidade de fugas. Como prova da possibilidade de fuga escrava, o relatório de 1858 expedido da Câmara Municipal de São Borja comprova a existência de fugas escravas. O fato de ser um investimento arriscado devido à fuga para os países vizinhos demonstra a importância da mão-de-obra na região das Missões.

Os escravos além de trabalhar nas estâncias também atuavam nas indústrias artesanais. Em São Borja no ano de 1858, 35,06 % eram constituídos por trabalhadores escravizados. Mesmo na região de Cruz Alta, região inexistente de charqueadas e com uma economia baseada no extrativismo de erva mate, havia forte presença de cativos. Nos municípios missioneiros pouco urbanizados e sem charqueadas havia menos escravos proporcionalmente em relação a outros locais, o que mesmo assim vai diminuir a importância dos mesmos nas atividades econômicas.

Nas regiões das colônias de imigrantes, embora ilegal e economicamente inviável conforme destaca Zarth (2002, p. 124), havia a presença de escravos (8% da população de São Leopoldo em 1859). Novos estudos revelam a presença também de cativos urbanos ligados à indústria, ao comércio e como escravos de ganho. Contudo, o local no qual a utilização de escravos ganhou maior destaque na historiografia foi nas charqueadas de Pelotas.

A utilização do trabalho escravo nas regiões de charqueadas (Zarth 2002, p. 125) foi fundamental como afirmam Mário Maestri (1984, p. 56) e Fernando Henrique Cardoso. Para Maestri, a técnica de charquear era

conhecida no Prata desde o século XVIII, ao passo que no Rio Grande do Sul a indústria do charque surgia no final do século XVIII em Pelotas. Em 1780 iniciava-se o desenvolvimento do charque como atividade econômica no sul até o final do século XIX. Igualmente, com o fim do tráfico atlântico de escravos, as charqueadas passaram a diminuir a mão-de-obra escrava (Vargas, 2016).

Conforme se verifica na publicação de Berenice Corsetti (1983, p. 102) o grau de concentração de escravos nas charqueadas era muito alto. A média de escravos por charqueadas era 64 cativos. Seu trabalho era bastante especializado, havendo uma diversidade de profissões exercidas pelos escravos (26 no total). Com o fim do tráfico de escravos, o uso da mão-de-obra cativa diminuiu drasticamente, como afirma Corsetti. Recentemente, Jonas Vargas (2016) alertou para o fato de que não havia escravos somente nas charqueadas, sendo que a escravidão estava disseminada por toda a população pelotense, tanto na cidade quanto no campo. Além disso, havia um predomínio de pequenos proprietários com 5 ou menos escravos.

Economicamente, em certo ponto da história, a escravidão começou a tornar-se inviável devido a ser necessário um alto investimento numa mercadoria que estava com seus dias contados. Robert Conrad (1978, p.147) analisa alguns fatores do fim da escravidão como, por exemplo, o comércio de escravos para outras províncias, a proximidade com Repúblicas que já haviam abolido a escravidão e o não uso de escravos pelos imigrantes. Além dos mais, o movimento abolicionista empenhou-se na campanha contra a escravidão e recebeu muitos adeptos nos anos 1870 e 1880. Ainda assim, houve a permanência da importância dos cativos na indústria do charque. Na província do Rio Grande do Sul utilizou-se de mecanismos legais para manter a escravidão de forma velada mesmo após a onda abolicionista de 1884.

As libertações dos escravos, quando publicadas em jornais, garantiam aos seus senhores a fama de generosos, além de títulos nobiliárquicos para os mais ricos (BAKOS, 1981, p.39). Um dos principais fatores no aspecto econômico que levou o fim da escravidão foi a concorrência com os países platinos que, ao invés do regime escravista, fazia uso do modo de produção capitalista em sua indústria de charque, sendo assim muito competitiva de

acordo com Fernando Henrique Cardoso (1977, p. 171). Ainda de acordo com Cardoso, a escravidão era um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo, pois impedia a divisão técnica do trabalho e freava o avanço tecnológico gerando menor produtividade. Contudo, outros autores já contestaram essa tese, visto que havia divisão de trabalho nas charqueadas e os charqueadores apresentaram uma grande riqueza no período (VARGAS, 2016).

Nos últimos anos, muitos autores têm demonstrado a presença da escravidão na pecuária do Rio Grande do Sul, como Luis Farinatti e Marcelo Matheus, além da escravidão urbana, como Paulo Moreira, e de escravos marinheiros (OLIVEIRA, Vinicius). Portanto, já não é mais questão de dúvida a grande presença da escravidão negra na sociedade rio-grandense. Os cativos estavam presentes em todas as atividades econômicas. Cada vez mais os historiadores estão escrevendo sobre esse tema e hoje existem estudos para muitos municípios. No próximo capítulo iremos tratar das cartas de alforria concedidas aos escravos de Dores do Camaquã.

Capítulo 2

Escravidão e liberdade em Dorés do Camaquã (1850-1888): as cartas de alforria.

2.1 – A história de Dorés do Camaquã (Tapes)

A história da cidade de Tapes (antiga Dorés do Camaquã) remonta ao século XIX. Sua gênese denota de uma estância e charqueada. Com uma localização privilegiada às margens da Lagoa dos Patos aliada às condições naturais favoráveis foram fatores decisivos para que a população de indígenas, portugueses dos Açores e negros africanos se desenvolvessem na região. Inicialmente recebera a denominação de Porto dos Tapes, posteriormente freguesia de Dorés do Camaquã e finalmente Tapes.² No entanto, durante todo o período em que trata o presente trabalho, o nome do local foi Dorés do Camaquã. Conforme o mapa atual do estado do Rio Grande do Sul, podemos ver que a localidade ficava às margens da Lagoa dos Patos, num caminho mercantil muito percorrido entre Pelotas e Porto Alegre.

Os tupi-guaranis foram os primeiros habitantes do local que hoje conhecemos por Tapes. Os primeiros indígenas foram capturados por aventureiros paulistas, os quais se deslocavam em barcos e eram enviados para São Paulo como escravos. Por seu turno, o tráfico de guarani para São Paulo havia sido intenso figurando-se em torno de 2/3 de indígenas capturados como escravos. Na capital paulista este povo obteve os piores tratamentos, pois devido ao clima da cidade obrigavam-nos a vestir roupas de lã, além de enfrentar o trabalho pesado na lavoura. Conforme relatos da época os indígenas eram visto como seres sem moral por não ter o pudor de andarem nus. Aos que se recusavam a recompor-se, recebiam condenação do Tribunal inquisitorial atuante durante todo Brasil colônia. Durante o século XVII os padres jesuítas passaram a estabelecer reduções em Assunção, no Paraguai à

² Todas as informações dos parágrafos a seguir foram retiradas do site da prefeitura de Tapes, disponíveis em <http://antigo.tapes.rs.gov.br/> (último acesso 20 de janeiro de 2018). É importante mencionar que Dorés de Camaquã não corresponde ao atual município de Camaquã, que na época chamava-se São João Batista de Camaquã.

esquerda do Rio Jacuí. O padre Roque Gonzáles da ordem dos jesuítas foi considerado o fundador da primeira redução na cidade de Ijuí. Um século depois as reduções já se constituíam por todo o Rio Grande do Sul.



O ano de 1752 marca a destruição das reduções indígenas pelos europeus. O cacique Sepé Tiaraju e Nicolas Nhemgurú teria descumprido as determinações do Tratado de Madri feito dois anos antes. Quanto ao gado indígena, também denominado “gado chimarrão” na região havia ficado espalhado pelo pampa. Este gado era utilizado pelo povo charrua como fonte de alimentação, grupo este, nômade e voltado para a arte da guerra. Nesse ínterim, as charqueadas da capitania rio-grandense surgiriam com o propósito de propiciar um destino a este gado chimarrão. De início surgiam às primeiras charqueadas em Pelotas³, mais tarde então, toda a margem direita da Lagoa dos Patos estava tomada de estabelecimento agrícola.

³ Sobre as charqueadas de Pelotas nesse momento ver VARGAS (2016).

A escravidão negra, que já era importante antes da existência das charqueadas, tornou-se ainda mais importante com o surgimento dessas. Nestes espaços os negros produziam o charque restando os portugueses lucrarem com os ganhos do produto. A localização de Tapes ficava na sesmaria de Nossa Senhora do Carmo que em 1790 e havia sido concedida pelo Vice Rei D Luís de Vasconcelos a Manuel José de Alencastro. Patrício Vieira Rodrigues, ainda que não tenha sido o primeiro proprietário da sesmaria, é considerado o fundador da cidade de Tapes. Seu título justifica-se por ter instalado charqueada na Lagoa dos Patos denominando-a de “Arroio da Charqueada”. Sua charqueada inaugurou o porto que, conforme tradição ganhou o nome de Tapes, pois era como se chamava uma de suas embarcações. Já a posição privilegiada do Porto de Tapes proporcionou ao povoado progresso transformando-se no centro político da pequena localidade, enquanto distrito de Camaquã.

Em 29 de agosto de 1833, por decreto imperial, o Distrito de Camaquã, pertencente a Triunfo, foi elevado à categoria de Freguesia, chamando-se Nossa Senhora das Dores de Camaquã. A emancipação política e administrativa aconteceu tempos depois, em 12 de Maio de 1857, mas por questões políticas e econômicas, a Freguesia integrava ora o território de Porto Alegre ora o de Camaquã. Também pertenceu a Triunfo e a Rio Pardo. De acordo com o primeiro Censo Geral da História do Brasil, em 1872 Dores de Camaquã possuía 2606 habitantes. Deste total, 2155 eram livres e 451 eram escravos.

Matheus (2012, p. 69) procura salientar que na década de 1870 a escravidão estava disseminada pelo tecido social assim como em décadas anteriores. Ou seja, não haveria tido uma grande crise na pecuária que afetasse a posse de mão de obra. A diminuição da população escrava que ocorreu nessa época foi fruto da abolição do tráfico atlântico de escravos (1850) e da Lei do Ventre Livre (1871).

Não temos detalhes sobre a economia da localidade naquela época, mas como a sociedade rio-grandense era pouco urbanizada e existiam poucas atividades econômicas, acreditamos que grande parte da população se

dedicava à agricultura e ao pastoreio. Como Dorés do Camaquã ficava bastante próximos da Lagoa dos Patos, é provável que sua produção fosse negociada em diferentes centros mercantis, como Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Além disso, assim como outros municípios da região devia vender seu gado para as charqueadas do litoral.

Em 22 de Maio de 1929, através de um plebiscito, foi realizada a transferência da Sede da Vila de Nossa Senhora das Dorés para o Porto de Tapes, então 2º distrito. Posteriormente, o Decreto nº 10 de 21 de Setembro de 1929, mudou o nome de “Município de Dorés de Camaquã” para “Município de Tapes”, como o conhecemos até hoje. Estudar a escravidão em uma localidade tão pequena como essa nos ajuda a perceber como essa instituição esteve presente em todos os mais remotos lugares do Império, sendo marca da nossa sociedade.

2.2 – As alforrias na historiografia e na história da Tapes escravista

Muitos estudos tratam das cartas de alforria na história do Brasil. No presente trabalho trataremos somente de algumas pesquisas, principalmente aquelas referentes ao Rio Grande do Sul. Essas pesquisas nos ajudam a pensar melhor a importância das cartas de alforria naquela sociedade e ajudam a iluminar melhor este objeto.

De acordo com a pesquisa de Hebe Mattos (1987, p. 350 *apud* Matheus, 2012), a historiografia nacional concluiu que escravos crioulos, ao invés dos africanos, e especialmente mulheres, ao invés dos homens, tinham um melhor acesso à liberdade. Para o município de Alegrete, que o mencionado autor estudou, cerca de 60% dos ex-cativos até 1850 constituíam-se de mulheres, ao passo que 65,5% representavam os crioulos (nascidos no Brasil). Entre 1851-1871 cerca de 58,5% das escravas encontravam-se alforriadas além de 76% crioulos alforriados. Quanto ao número de mulheres alforriadas não há muitas diferenças, pois 65 % das manumissões foram adquiridas antes de 1850 compreendendo 58,5% após 1850.

Matheus também apresenta os dados para outras regiões do Brasil, que podemos descrever aqui. A pesquisa para a localidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais, onde a região era voltada para a pecuária e produção de alimentos, trabalhando com o recorte 1830-1849, Jesus (2007, p. 165) averiguou que as mulheres eram beneficiadas em sua maioria. Elas constituíam 54,5%, mais tarde este número aumentou para 64% entre os períodos de 1850 e 1869. O trabalho de Almeida (2006, p. 106) para a região de Rio das Contas no alto sertão da Bahia, pesquisando o período 1800-1850, destaca que 58,5% das mulheres escravas haviam sido alforriadas.

Todavia, a pesquisa de Gomes (2008, p. 124) para os municípios de Franca e Uberaba, cuja atividade econômica estava baseada na pecuária e agricultura, enfatiza que o número de alforrias entre as mulheres aumentara de 55% e 51%. Para o município de Rio Grande, Scherer (2008, p. 84), trabalhando com o recorte temporal 1835-1851, destacam que nesta região as manumissões também foram concedidas mais para as mulheres. Com efeito, o estudo de Araújo (2008, p. 196) para o município de Cruz Alta enfatiza que as mulheres conquistaram cerca de 56,6% do total das manumissões até 1850. Deste total, entre os períodos 1850 e 1869, os números de alforrias passaram a diminuir em 52%. Portanto, em todas essas localidades podemos verificar uma tendência nacional, na qual as mulheres somam a maior parte dos escravos que conseguiam conquistar a liberdade.

Com relação à origem, se eram crioulos ou africanos, os mesmos estudos também trazem alguns resultados. Para Matheus, antes de 1850 há um significativo número de africanos que conquistaram a liberdade, pois 39,5% das alforrias registradas foram agraciadas por africanos. No estudo de (Almeida, 2006, p. 184) os africanos compunham 15,5% (Rio das Contas). Araújo localizou 18% de africanos entre os alforriados de Cruz Alta.

Matheus conclui que as alforrias registradas para o município de Alegrete são bastante similares às pesquisas de outros historiadores para outros municípios brasileiros, excetuando-se diferenças socioeconômicas no extremo sul do Império as alforrias concedidas para as mulheres e aos

nascidos no Brasil (crioulos), embora um bom número de africanos conquistasse a liberdade através da alforria.

Outra questão a ser analisada diz respeito às formas que foram concedidas as alforrias: se foram pagas, gratuitas ou condicionais. As pagas eram quando o escravo ou outra pessoa pagava ao seu senhor o valor de sua liberdade. As gratuitas eram concedidas sem nenhum ônus e as condicionais indicavam as muitas condições na qual o liberto poderia estar se colocando. Ele seria liberdade após tantos anos de serviço ou após a morte do seu senhor, por exemplo.

Para Alegrete, Matheus destaca que na categoria “condicional” os homens passam na frente das mulheres, ainda assim, há uma igualdade entre os sexos. Na categoria condicional, há um costume típico de se libertar um cativo como no exemplo dado pelo autor em que o Coronel Bento Manuel Ribeiro alforria o escravo Inácio Manuel em 1840. Estes cativos tinham como obrigação servir por mais sete anos o Coronel Bento Manuel Ribeiro. Por volta da década de 1870 passa a ser garantido em lei o prazo limite para os libertos adquirir a liberdade conforme o exposto por Matheus, pois parte das manumissões pesquisadas por este autor tinham como condições “servir até a morte do senhor” contendo 17 cartas no total.

No caso do escravo Simão, entendemos que este liberto teve como condição de liberdade acompanhar a mulher ainda cativa. Nesse sentido, compreende-se que quando um membro da família de um escravo que se libertou permanecia no cativeiro era como se todos os membros estivessem encarcerados. Outro exemplo de alforria condicional foi o caso do cativo acertar prestação de serviço com uma terceira pessoa, sendo que o senhor do escravo recebeu o pagamento. No ano de 1853 um escravo de João Pedro Nagel acerta com seu senhor um “papel de contrato”. Neste documento Nagel pagava certa importância a senhora Antônia Bernarda da Conceição restando à Inácio sujeito a todo serviço por 51 meses.

Para a análise das manumissões gratuitas constatava-se que o dobro das alforrias fora concedido para as mulheres (26,3%) respectivamente. Nesta categoria constituíam como constante pressupostos de que “eram serviços

prestados”, dos quais foram conquistados com a liberdade. Deste percentual, a autora Kátia Almeida constatou 22,5% das cartas concedidas, enquanto que para a região de Franca e Uberaba a autora Alexandra Gomes averiguou cartas concedidas em torno de 29% 30% (ALMEIDA, 2006, p104; GOMES, 2008, p. 105).

Já as manumissões pagas, ou seja, 31,5% destas registradas Kátia Almeida para a localidade de Rio das Contas verificou que deste total ficou muito abaixo das localizadas por esta autora, ou seja, 47%. As manumissões pesquisadas pela Alexandra Gomes para a região de Uberaba, a autora verificou para o primeiro período 1825-1840 que 40% das cartas foram analisadas para esta região (Almeida 2006, p104; Gomes, 2008, p105). Desse modo, os números são similares aos 36% das manumissões apontada por esta autora. Para o município de Franca, porém acima 23,5% das pesquisadas por Thiago Araújo para o município de Cruz Alto (Gomes 2008 p105; Araújo, 2008, p219). Contudo, justamente nas categorias nas manumissões pagas onde se encontram disparidades entre homens e mulheres no município de Alegrete, ou seja, 72% foram constituídas por mulheres.

Matheus também buscou identificar a presença de familiares e parentes na busca da liberdade para os escravos. Para o autor, seria mais fácil buscar a liberdade trabalhando coletivamente do que individualmente. Uma das explicações do motivo pelo qual as mulheres conseguiam libertar-se mais que os homens também estão ligados ao fato de que se ela se torna livre, seus filhos não seriam mais escravos, pois era o ventre que definia a condição jurídica do recém-nascido. Assim sendo, quando parentes juntavam algum dinheiro, buscavam ajudar as mulheres a se libertar.

Tentando verificar a importância das relações familiares na busca pela liberdade, Matheus analisou alguns documentos. O resultado inicial baseado somente nos textos das cartas de alforrias foi bastante desanimador para o autor, visto que até 1871 apenas 2% do total das liberdades (ou 7% das pagas) envolveram participação de parentes. Após dispendiosa pesquisa por parte de Matheus 2012 utilizando-se de alforrias, testamentos, inventários e livros de notas do município de Alegrete, o autor encontrou a liberdade de 36% do total

de nubentes entre 1822 e 1832 os que demonstram que a família potencializava a liberdade dos cônjuges, além de também seus descendentes e outros parentes. Tal número de manumissões fica acima da média encontrada na população geral de cativos como nos trabalhos de Slenes (1999) e Salles (2008, p. 267). Matheus ainda cita Mattos (1997, p. 350) referindo-se aos laços parentais como pré condição para se alcançar a alforria, cimentando assim a posição social diferenciada decorrente do casamento.

Para além dos pontos debatidos (número maior de mulheres e crioulos libertos, importância da família para a liberdade), Matheus (2012) ainda pondera que não apenas os casamentos sancionados pela Igreja beneficiaram os cativos envolvidos, mas também os casais consensuais referendados pelos senhores. É citado o caso do africano Domingos Agacha que após comprar sua liberdade também comprou sua ex colega de cativo Esméria de Jesus, ambos provavelmente amasiados, visto que, alguns anos depois foram lavrados o batismo de seu filho natural Manuel Agacha. A liberdade de todos foi produzida por laços informais devendo existir um número muito maior de casos semelhante provavelmente maior que os sancionados pela Igreja.

Outro trabalho que utilizou as cartas de alforria e que achamos importante foi o de Natália Garcia Pinto (2015), que analisou as experiências de cativo e liberdade dos escravos e suas famílias no período de 1850 e 1888, em Pelotas, evidenciando trajetórias individuais e coletivas entre o trânsito do cativo e da liberdade. A pesquisa frisa os escravos como atores sociais responsáveis até onde possível por suas próprias liberdades numa idéia de concessão conquistada. A autora vai além dos números fazendo análise das consequências sociais e políticas dos processos de emancipação.

Pinto (2015) avaliou 4.053 manumissões de alforrias emitidas na cidade de Pelotas no período supracitado. As alforrias apresentaram um número crescente ao longo das décadas, sendo a maioria (59,6%) nos últimos 9 anos, o que talvez tenha relação com a Lei do ventre livre (1871) que dava aos escravos direito ao pecúlio. Denota-se também um maior número de alforrias condicionais nos últimos anos analisados (antes disso a maioria das manumissões era paga ou gratuita). Conforme Pinto, provavelmente tratava-se

de uma manobra por parte dos proprietários para manter o controle sobre a mão-de-obra, chegando a 66,4% entre 1880 e 1888.

Dando um maior protagonismo aos escravos, Pinto (2015) cita Scott acerca dos diferentes agentes na construção da abolição no mundo atlântico para além do estado e dos senhores, tais como a pressão de escravos e ex-escravos além do próprio movimento abolicionista. Os meios para se chegar à liberdade foram diversos tais como no caso da escrava Eduvirges que conseguiu libertar sua filha como gratificação a serviços prestados ou o cativo Marcos, que teve sua alforria paga pela mãe, ou então, o caso de cinco escravos do tenente Coronel Joaquim Rasgado que receberam liberdade em troca de mais seis anos de trabalhos prestados a seus senhores. Pinto frisa os casos de fugas, rebeliões e greves dos novos libertos condicionais onde muitas vezes estes trabalhadores tomavam tais atitudes numa tentativa de ressignificar às relações com os charqueadores não acostumados a lidar com mão-de-obra não cativa. Na década de 1870, Pelotas era o município gaúcho com o maior número de escravos.

A autora faz comparação entre as duas distintas experiências de emancipação onde de um lado escravas e suas famílias buscavam meios legais para libertarem-se, e de outro, a luta dos recém libertos contra o resquício de sujeição exercido pelos senhores. Nota-se que a alforria era apenas o início do caminho em direção à liberdade, visto que muitos libertos não dispunham de liberdade plena. A liberdade teve muitos significados e o cativeiro deixou marcas que não se desfazem com a simples formalidade da alforria. Havia também em muitas ocasiões as chamadas “liberdades cativas” um estado de semi-liberdade, os quais muitos negros passaram.

É citado o caso dos escravos de Felisberto José Gonçalves Braga que penaram por cinco anos no cativeiro após a declaração de suas liberdades condicionais. Há também Catão, escravo de Vicente José Pinto, que foi condicionado no testamento deste, a servir sua esposa até o dia da morte da mesma com direito a trabalhar para si apenas nos sábados, domingos e dias santos. Pinto (2015) faz menção ao imenso contingente de africanos principalmente homens adultos que por gerações chegaram a Pelotas, os quais

reinventaram suas culturas, relações afetivas e de parentesco. O trabalho da autora conclui lembrando-se da dimensão da escravidão para além do simples fim do cativeiro para os escravos, havendo um sem número de projetos sociais e liberdades através das mais diversas experiências e por fim, a luta pelo direito à cidadania e a procura de um lugar digno na sociedade.

Assim como Matheus, Pinto também encontrou uma maioria de mulheres crioulas entre os que mais conseguiram adquirir as cartas de alforrias.

2.3 – As cartas de alforria em dores do Camaquã

O estudo das cartas de alforrias em Dores do Camaquã, entre 1850 e 1888, foi possível de ser realizado por conta do trabalho feito pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Em 2012, a equipe de funcionários e estagiários da instituição lançou uma série de volumes impressos e digitais reunindo informações coletadas em diversas fontes do seu acervo e que continham a presença de escravos entre as mesmas. Foram lançados volumes sobre os “Testamentos”, os “Processos-crime”, os “Inventários”, os “Registros de Compra e Venda” e as “Cartas de Liberdade”. A metodologia de pesquisa utilizada pelos autores foi ler todos os documentos do acervo e publicar um resumo com as informações presentes nos mesmos sempre que aparecessem escravos como agentes ou vítimas (no caso dos processos) ou bens sendo negociados, avaliados ou legados (no caso dos testamentos e inventários).

No caso das cartas de alforria, os funcionários do Arquivo reuniram todas as cartas de liberdade contidas nos livros notariais e publicaram as suas informações de forma resumida, conforme ilustração da imagem abaixo.⁴

⁴ Todo esse material está disponível para download no site da instituição e nos foi indicado pelo Professor Jonas Vargas.

Figura 2 – Trecho da publicação “Cartas de Liberdade” do APERS

084. FUNDO TABELIONATO DO MUNICÍPIO DE DORES DE CAMAQUÃ (TAPES)

Subfundo: 1º Tabelionato

Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas

Livro 1 - 1858 a 1861

Antônio (Nação) e sua mulher **Joaquina** (Nação); Sra. Francisca Flora da Cunha (viúva de João Antônio Lopes de Figueiredo); dt. conc. 25-09-58; dt. reg. 25-09-58 (Livro 1, p. 1r). Desc.: A carta foi concedida “não só pelo bem que lhe tem servido, como porque o é de direito natural [...] só com a condição de a prurirem e gozarem depois da morte dela outorgante”. Os escravos foram recebidos por herança do marido da senhora. Por não saber escrever, a senhora pediu a Vicente Luís Ferreira que assinasse a rogo.

Mariana; Sra. Leonarda Leite de Oliveira Salgado (falecida); dt. conc. 18-02-59; dt. reg. 24-02-59; da Estância de Santana (Livro 1, p. 8r). Desc.: A carta foi concedida “deixando a minha falecida tia [...] em verba de seu testamento para a sua escrava Mariana, com recomendação de ser entregue à esta a carta de liberdade logo depois de sua morte”. A carta foi passada pelo sobrinho e Testamenteiro da senhora, Luiz Alves Leite de Oliveira

Joana; Sra. Leonarda Leite de Oliveira Salgado (falecida); dt. conc. 18-02-59; dt. reg. 24-02-59; da Estância de Santana (Livro 1, p. 8v). Desc.: A carta foi concedida “deixando a minha falecida tia [...] em verba de seu testamento, forra a sua escrava Joana, com a condição de ser entregue à esta a carta de liberdade logo depois de sua morte”. A carta foi passada pelo sobrinho e

A Figura 2 apresenta a abertura da sessão destinada a Dorés do Camaquã. Trata-se de 18 livros registrados nos cartórios de São João Batista do Camaquã, mas que se referem à Dorés do Camaquã (dos quais estão faltando os livros 3 e 4 do Tabelionato, que abarcam a primeira metade da década de 1870) e 4 livros nos cartórios de Nossa Senhora de Dorés do Camaquã.

Portanto, nossa metodologia foi extrair as informações dos “verbetes” referentes à Dorés de Camaquã entre 1850 e 1888 e organizar os mesmos conforme os modelos de análise propostos por Marcelo Matheus, no seu estudo sobre Alegrete, e Natália Pinto, no seu estudo sobre Pelotas.

A primeira tarefa é analisar de forma geral a distribuição das cartas. Conforme a Tabela 1, podemos perceber que o número de manumissões está numa crescente até 1869 com maioria de mulheres alforriadas, quando cai

quase pela metade na década de 1870 para, por fim, chegar a seu número máximo a partir de 1880 até a abolição, tendo a maioria de libertos do sexo masculino a partir de 1870. Outros autores também tem verificado que a década de 1880 é que mais concentrou alforrias, apresentando uma época em que a escravidão já estava com seus dias contados.

TABELA 1

Período	Homens	Mulheres	Total
1850-1859	7	11	18
1860-1869	29	31	60
1870-1879	18	15	33
1880-1888	39	29	68
Total	93	86	179

Já na tabela 2 temos contraposição entre os gêneros dos alforriados e o tipo de carta a eles emitida. Nota-se que, enquanto as mulheres são maioria nas alforrias pagas e gratuitas, os homens receberam maior número de liberdades condicionais, muito provavelmente para vender sua força de trabalho por um tempo após a emissão das mesmas. Estes números são parecidos com os encontrados por Matheus para Alegrete e Pinto para Pelotas. As mulheres sempre somam a maioria quando são alforrias pagas e gratuitas. Trabalhando como domésticas, muitas recebiam a liberdade no testamento do senhor.

TABELA 2

Tipo	Homens	Mulheres	Total	%
Pagas	8	11	19	10,60%
Condicionais	61	41	102	57%
Gratuitas	24	34	58	32,40%

A tabela 3 por sua vez analisa o tipo de alforria em relação à evolução dos períodos. É notado que as cartas condicionais aumentam imensamente de

número conforme se aproxima a abolição da escravatura. Isso se deve provavelmente as manobras dos proprietários de escravos a fim de exercer o controle sobre a mão-de-obra mesmo depois de declarada sua liberdade. O caso se assemelha ao de Alegrete e Pelotas.

TABELA 3

Período	Gratuitas	Pagas	Condicionais
1850-1859	12	0	6
1860-1869	28	9	23
1870-1879	8	5	20
1880-1888	10	5	53
Total	58	19	102

No que diz respeito à presença de africanos entre as alforrias, temos que somente 16 africanos foram encontrados entre os alforriados, o que soma menos de 10%. Contudo esse número pode ter sido um pouco maior, pois muitas cartas não apresentam a informação a respeito da naturalidade dos cativos. Ou seja, Dorés do Camaquã também acompanha a mesma tendência que outros lugares do Brasil. Mesmo sendo um município pequeno e não dedicado à agroexportação o escravismo local reproduzia estruturas do Brasil inteiro, como também apontaram Pinto (2015) e Matheus (2012).

Contudo, para compreendermos melhor como funcionava esse pequeno mundo da escravidão em Dorés do Camaquã e a busca da liberdade, é preciso abandonar um pouco as estatísticas. Portanto, para além dos dados quantitativos descobertos, também podemos analisar alguns casos especiais contidos nas cartas. Algumas cartas de alforrias concedidas na época podem nos ajudar a perceber como se dava processo de conquista da liberdade na época. No Livro 1, que data de 1858-1861, os escravos Antônio e sua mulher Joaquina (ambos de Nação) tiveram suas liberdades condicionadas a morte da

viúva e de seu senhor João Antônio Lopes de Figueiredo, o que era muito comum na época. A senhora Leonarda por consequência de sua morte alforriou, em testamento, Mariana, Joana, Antônio Cartuxo, Joaquina, Maria Eufrásia, Paulo, Maria Josefa e Pedro. Muitas vezes os senhores libertavam seus escravos preferidos antes de morrer.

O escravo João Congo, preto, e sua mulher Catarina, de nação Congo, ambos pertencentes à senhora Ana Joaquina da Conceição, sendo esta, viúva de Manoel José Fernandes Barbosa, liberta o presente casal. Este caso é especial pois chama-nos a atenção pela maneira pelo qual foi concedida. Este casal deu dez filhos a sua senhora Como requisito para o qual foram concedidas suas liberdades, Catarina teria sua liberdade, mas João Congo deveria pagar suas liberdades. Supõe-se que os escravos tinham meios para efetuar pagamentos em troca de suas liberdades, pois não era raro alguns escravos terem um pedaço pequeno de terras e alguns animais, além de trabalhar como escravos de ganho.

Outro exemplo a ser citado é o caso de Felício, pardo pertencente a Sra. Damácia Ângela da Fonseca. Esta senhora “nutria-lhe admiração e consideração” a ponto de libertá-lo após sua morte. Porém se ele praticasse algo que ela não gostasse seria revogada sua alforria.

A escrava Maria preta Nagô, e seus filhos Benedita, Rosaura, Tereza, Manoel, Mateus e José de propriedade dos Srs. Antão Silveira Pereira e Engrácia Rosa de Jesus libertam suas escravas e filhos, e todos que vierem a nascer com a condição que todos saibam do seu falecimento. Esta alforria está no livro 2A (1861 a 1874).

Vitorino, de propriedade de Sra. Brígida Calderon Vieira foi liberto pelos serviços prestados e pagos por muitos anos em seus jornais. Nota-se que o indivíduo era escravo e tinha outros afazeres para ganhar dinheiro, provavelmente na qualidade de escravo de ganho ou outros, trazendo ganhos financeiros para sua senhora.

No livro 14 de 1885 a escrava Laura, preta, Africana, pagou a sua Sra. Maria Helena Gomes Garcia o pagamento de 200 \$. Deste montante foram

pagos em dinheiro 95\$ e sete reses no valor de 15\$. Com isso, entendemos tratar-se de mais um caso do qual a escrava possuía rebanho próprio, e deste modo, permanecia sob a condição de escrava. No entanto, o rebanho podia não ser somente dela, pois Matheus demonstrou que a família era muito importante nesses momentos. Os parentes de cativo costumavam juntar dinheiro e comprar a liberdade das mulheres, pois assim seu ventre seria livre (MATHEUS, 2012).

Um número menor de escravos obteve sua liberdade de forma gratuita como nos casos de Domingas Crioula, Maria Antônia (esta no momento de seu batismo), Serafim e Fidélis Pardo, pertencentes a diversos donos.

Entre as pagas podemos citar mais duas: a de Joaquim, cujo padrinho havia pagado 100 \$ em seu batismo, e a preta Bonifácia, de nação Cabinda, que em 1861 conseguiu a carta após pagar 400\$ ao seu senhor, que se chamava Manoel Teixeira de Carvalho. Contudo, o seu valor total era de 1000\$ e o seu senhor só aceitou libertá-la com a condição de que ela trabalhasse todos os sábados e domingos como livre para pagar o restante. Tal caso nos ajuda a entender as negociações do cotidiano entre senhores e escravos. Neste caso, podemos perceber que embora Dorcas do Camaquã fosse uma pequena vila, havia espaço para que Bonifácia trabalhasse e juntasse dinheiro. Talvez ela pudesse empregar-se como lavadeira, cozinheira ou costureira em outra casa e assim conseguir completar o que faltava para tornar-se livre.

Considerações Finais

Por muito tempo, a primeira geração de historiadores acreditava na total anomia dos escravos. Para estes historiadores, entendia o escravo como coisa. Contudo, por volta dos anos de 1980, passa a surgir na historiografia novos trabalhos relacionados à escravidão negra. Nestas pesquisas percebem-se senhores e seus respectivos escravos negociando o seu cotidiano. Autores como Robert Slenes, Sidney Chalhoub, Hebe Mattos, Silvia Lara, Manolo Florentino, são alguns dos especialistas que se destacaram nesse contexto. Para esta pesquisa utilizamos basicamente a obra “Negociação e conflito” de João José Reis e Eduardo Silva, uma vez que, em nosso entendimento, tal obra reúne alguns questionamentos levantados por estes intelectuais.

Além disso, esta nova geração de historiadores engajados em pesquisas sobre escravidão mostra por meio dos seus escritos o quão o escravo negro tornou-se sujeito da própria história. Nesse sentido, idéias pré concebidas como, por exemplo, a de que o escravo era uma coisa é o tipo de pensamento que o historiador hoje não deve ter. Todavia, conforme Reis e Silva (1989, p18) havia instituições disposta a lutar pelos direitos dos escravos. Instituições como Irmandade do Rosário, Clubes Abolicionistas, Lojas maçônicas e Associações, procuravam adquirir alguns direitos para a escravaria. Mas para além disso, no seu cotidiano, os próprios escravos buscavam libertar-se numa negociação cotidiana com os seus senhores.

O presente trabalho se propôs a realizar um balanço da historiografia sobre a luta dos escravos e sua conquista pela alforria. Abordamos o contexto histórico da escravidão no Brasil Meridional, enfocando a luta escrava e seus dilemas que culminaram na liberdade entre os seus. Em seguida, falamos sobre a constituição da cidade de Dores do Camaquã, abordando a escravização indígena e posteriormente a negra formando junto com o colonizador português a herança cultural brasileira. Com esta pesquisa pude compreender melhor a sociedade daquela época. Uma sociedade branca e escravocrata acostumada a todo o momento a tratar o indígena, e mais tarde o negro, como escravos para servir uma elite ociosa.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006.

Referências Bibliográficas

BAKOS, Margaret. **RS: escravismo & abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EST, 1984.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Parentesco e alforria (Alegrete, c1831-c. 1871)**. Anais do XI Encontro Estadual de História. Universidade federal do Rio Grande (Furg), 2012.

PINTO, Natália Garcia. Marcas do cativo, Marcas da Liberdade: experiências de emancipações escravas em Pelotas, século XIX. **Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VARGAS, Jonas M. **“Os Barões do charque e suas fortunas”: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX)**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2016.

XAVIER, Regina. A escravidão no Brasil meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio. **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 15-32.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.